

# Câmara amplia debate sobre Constituinte

Roque de Sa



Reale Jr. falou sobre a situação política do País no Auditório Nereu Ramos

## Magalhães dá resposta a Chico Pinto

O ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, resolveu responder às recentes críticas do deputado Chico Pinto sobre a situação do PMDB baiano. Magalhães afirma que o deputado «não deve estar acompanhando as nomeações na Bahia». O ministro não acredita que o PMDB da Bahia tenha feito queixas ao presidente Sarney.

Antonio Carlos Magalhães cita entre os cargos concedidos ao PMDB baiano: o Ministério da Previdência; o Ministério da Saúde; a Presidência do CNPQ; a diretoria do BNDES; do BNCC; e da EBTU. E na Bahia, a CEPLAC, Inbra, Inamps, INPS, IAPAS, Delegacia Federal de Saúde, superintendência da SUCAM e diretorias da USIBA e Caraíba Metais.

Para a Frente Liberal baiana ficaram a presidência e diretoria da CHESF; diretoria do BNDES; do DNOCS; CENTEC; Mobral e Delegacia do ministério da Educação, entre outros.

Para Magalhães, Chico Pinto não fez uma avaliação isenta, «sobretudo quando sabe que os dissidentes do PDS da Bahia deram muito mais votos ao esquema Tancredo Neves-José Sarney, bem como atuaram mais decisivamente para a vitória através de votos, fatos, palavras e atos».

## Reale Jr. vê Estado oprimindo o cidadão

«O autoritarismo fez da sociedade brasileira uma sociedade viva onde ela, como um todo, está reivindicando a participação política. Nós não podemos estar sujeitos a tutelas e guardiães. Esta reunião aqui é uma prova disso», afirmou o jurista Miguel Reale Júnior, membro da comissão de alto nível para a elaboração da Constituinte, durante debate promovido pelo Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal, no auditório Nereu Ramos.

Em seu discurso que marcou a abertura dos debates, Miguel Reale fez uma análise sócio-política da realidade brasileira na qual ele constata a existência de um desequilíbrio social entre o Estado e o cidadão, o Executivo e Legislativo, e o Poder Federal com os poderes locais (os municípios). Para o jurista, na relação entre o Estado e o cidadão prevalece a ideologia da segurança nacional na qual o indivíduo não tem direito a discordar e corre uma massiva manipulação intelectual, cultural, política e econômica, sendo esta última feita pelo Fundo Monetário Internacional.

Miguel Reale acha que a Constituição pode mudar este quadro porque ela diz respeito ao homem comum. Sobre a relação de subordinação do homem brasileiro ao Estado, o jurista lembrou que a Polícia Militar não passa de um órgão auxiliar do Exército cuja formação é

também voltada para a ideologia de segurança nacional. «Isso faz com que a segurança pública no Brasil seja minimizada e cheia de distração gerando insegurança e medo na população». Reale Júnior defende uma maior integração e coordenação entre a PM e o Exército. «Mas não subordinação», ressaltou o jurista.

Segundo o discurso do conferencista a relação entre o Executivo e o Legislativo também está desequilibrada já que o Legislativo não passa de um homologador dos decretos do Executivo. Tudo ditado de cima para baixo. Mesmo assim, Miguel Reale acha que os parlamentares estão resistindo heroicamente, fiscalizando e denunciando o Governo em casos como o da Coroa Brastel.

### Saída

As entidades são uma das possibilidades de participação do povo brasileiro nas leis que lhe dizem respeito, como a Lei de Segurança Nacional, por exemplo, que na opinião de Reale é importante mas, desde que seja uma lei de defesa do Estado democrático.

Miguel Reale Júnior defende, também, a reforma tributária nos municípios e a descentralização administrativa, além de uma maior valorização dos partidos políticos.

«A Constituinte, no caso, seria um ponto de partida e não deve, em momento nenhum, ser confundida com uma panacéia».

Com vistas a ampliar o debate e a fornecer subsídios à Assembleia Nacional Constituinte, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara vai promover, a partir do dia 1 de setembro, um seminário sobre Temas Constitucionais, tendo como expositores Célio Borja, Paulo Brossard, Pinto Ferreira, Jones Santos Neves Filho, Hélio Silva, Paulo Bonavides, Nelson Saldanha, José Afonso, Dércio Munhoz, Josaphah Marinho e Maurício Correa.

Serão debatedores, dentre outros, Hélio Jaguaribe, Aluisio Campos, Rosah Russomano, Ernani Sátyro, René Dotti, Gastone Righi, Cristóvam Buarque, Rondon Pacheco, Raymundo Asfora, José Alfredo Baracho, Celso Barros, Sergio Ferraz, Matheus Schmidt, Raul Machado Horta, João Gilberto e Bonifácio de Andrade.

### Tratamento

O deputado Aluisio Campos, presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, explica a providência, dizendo que, além de mergulhar no sentimento nacional, para aferir as aspirações predominantes da sociedade, «precisamos também debater o tratamento técnico que deverá ser dado à elaboração constitucional».

— Por isso convocamos autoridades de grande peso nos campos do Direito, da Economia, das Finanças e da Sociologia, para discutirem os temas que necessariamente deverão ser convertidos em normas constitucionais. Daí por que solicitamos aos expositores e debatedores que sempre apresentem sugestões que, pela sua substância, mereçam ser apreciadas pelos constituintes, a fim de constarem da futura Constituição. Os próprios temas e os nomes de seus debatedores refletem essa orientação.

### Documento

O governador do Rio Grande do Sul, Jair Soares, e de Santa Catarina, Espiridião Amin, reúnem-se hoje cedo, na sede da OAB/SC, em Florianópolis, para debaterem a Constituinte, quando é possível que divulguem um documento comum, posicionando-se favoráveis à tese de que a Assembleia Nacional Constituinte deve reunir-se separadamente do Congresso Nacional. O governador de Santa Catarina entende que a Constituinte deve ser a mais autêntica possível e defende a sua convocação separadamente do Congresso. Essa tese é também defendida pela ordem dos advogados do Brasil, cujos presidentes das seccionais dos três estados do sul também estarão em Florianópolis. Eles pretendem desencadear uma campanha a nível nacional, em favor de uma Assembleia Nacional Constituinte que atue separada do Congresso Nacional. O governador do Paraná, José Richa, também convidado, já avisou que não poderá comparecer.